

REQUALIFICAÇÃO URBANA E ORDENAMENTO DOS TRABALHADORES INFORMAIS NO CENTRO TRADICIONAL DE SALVADOR

Elisangela Silva dos Santos*

RESUMO

O presente artigo tem como proposta caracterizar o processo recente de reforma urbana da área do Comércio da Cidade Baixa de Salvador, observando o seu impacto sobre a lógica de sobrevivência dos trabalhadores informais. Visa-se identificar os critérios e mecanismos de controle para o cumprimento das regras, os quais são utilizados pela Prefeitura Municipal de Salvador, com a finalidade de ordenar a vida dos trabalhadores informais que executam suas atividades na área; bem como conhecer a rotina desses trabalhadores e de como se processa sua permanência no local em função do projeto da Prefeitura. Busca-se, também, entender qual o impacto do novo cenário urbano na espontaneidade e autenticidade do fazer, criar e inventar dos modos de ser da vida cotidiana e nas formas de execução do trabalho desses indivíduos. Dentre os trabalhadores de rua que ali estão situados foram escolhidos, para a análise da situação, os camelôs, também conhecidos como vendedores ambulantes, e os amoladores de objetos. Tais trabalhadores tentam sobreviver na rua, estando, porém, sujeitos a qualquer momento serem retirados do local, por conta do Projeto de Revitalização do Comércio. Observamos que em uma de suas ruas - Rua Riachuelo, local em que já houve um maior aprofundamento da pesquisa - a política de revitalização urbana produziu exclusão e afastamento dos personagens que compõem o cenário da vida cotidiana e identidade do Comércio da Cidade Baixa.

Palavras-chave: Requalificação Urbana, Cultura, Trabalhadores Informais.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que surge das discussões com o grupo de pesquisa “Cultura, cidade e democracia: sociabilidade, representações e movimentos sociais”, coordenado pelo Prof. Gey Espinheira, vinculado ao Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, no qual se desenvolve o projeto intitulado “Identidade de Salvador: signos e vida cotidiana - o turismo, a cultura e a vida social dos estabelecidos e dos desafortunados II”. Surge também de muitas de minhas inquietações a respeito da vida cotidiana dos trabalhadores informais localizados na área do Comércio da Cidade Baixa.

Esse é um trabalho que vem sendo realizado no bairro desde o momento em que me tornei voluntária de pesquisa, e que vem se estruturando tendo em vista a não-linearidade do cotidiano, que é composto de ciclos. Ao mesmo tempo, tenta aproximar-se da realidade empírica e prática, avaliando situações objetivas e concretas (apesar de estarmos trabalhando com o subjetivo e abstrato) que representam aspectos da vida desses indivíduos. Nessa área, a cultura se faz presente, sendo criada na vida diária, numa diversidade e multiplicidade de interações sociais.

O bairro do Comércio, antes um entreposto comercial em plena atividade, apresenta sua funcionalidade alterada pelo tempo. É difícil acreditar que esse lugar, hoje esvaziado e que tem em sua paisagem a mistura de prédios abandonados e estacionamentos de longa e pequena duração, já assegurou à cidade de Salvador o título de mais importante entreposto comercial do Atlântico Sul.

No Século XIX, Salvador se caracterizava como uma cidade portuária com grande movimento na área do Comércio, local onde se encontravam armazéns, trapiches e muitos mercados. Havia, também, uma grande mistura de ruídos oriundos do comércio, dos barcos no porto, dos vendedores ambulantes que ocupavam todo e qualquer espaço que encontravam para oferecerem seus produtos, e dos carregadores negros curvados sob as cargas pesadas, como nos conta Mattoso: “Verdadeira cidade-porto, onde o mais humilde acotovelava o mais insigne nos afazeres da vida cotidiana” (1992, p.438).

Em tempos mais recentes (década de 70 do século XX), a Rua Portugal tinha como cenário a agitação decorrente do comércio em plena atividade, com lojas de eletrodomésticos, moda, decoração, tabacarias e bancos, fazendo desse bairro um local de visibilidade para quem pretendia comerciar.

O comércio moderno implanta-se a partir de meados da década de 70, com a chegada dos shoppings centers e das grandes redes de supermercados. O final dessa mesma década é marcado pela construção do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari. Ao longo do tempo, o bairro do Comércio deixa de ser o centro financeiro da cidade, e o novo centro de poder comercial muda-se em direção ao Iguatemi e Avenida Tancredo Neves.

O projeto de Revitalização do Comércio, criado pela Prefeitura Municipal de Salvador, numa parceria com o Governo do Estado da Bahia, a Companhia de Docas do Estado da Bahia e a Associação Comercial, tem como objetivo devolver a essa área as características dos tempos de glória perdidas com o passar dos anos. O projeto visa a um ressurgimento da área como pólo de desenvolvimento comercial, industrial, de serviços ou até mesmo como área residencial. Para isso, foi necessária a implementação de uma série de mecanismos (melhorias na iluminação, transformações no espaço urbano, com obras de recuperação e restauração de prédios antigos e semi-abandonados, disciplinamento das ruas exigindo a realocação dos ambulantes etc.), no sentido de estabelecer a ordem e dinamizar cada vez mais o ambiente.

Nessa área de predominância comercial, milhares de pessoas exercem diversas atividades e funções. Muitos deles executam suas atividades nas ruas e tentam sobreviver no mercado informal. Nos entornos das ruas do Comércio, vive-se um cotidiano em que se constroem estratégias num entrelaçamento de sujeitos, ocorrendo situações de conflito, de cooperação e de poder. É um espaço cuja cultura baiana é construída no dia-a-dia, abrigando “ritmos” antigos que coexistem com novos ideais de vida urbana. Conforme comenta Espinheira (2004), é uma região em transição para um novo papel urbano que não quer perder sua identidade na dinâmica da pós-modernidade.

Tendo como base a revitalização do Pelourinho, estabelece-se como uma das hipóteses a supressão dos personagens que construíram a identidade do lugar, para que sejam instaladas modificações voltadas para a dinamização do comércio e turismo, influenciando na autenticidade da vida cotidiana e criando um artificialismo produzido e padronizado, imposto como ideal de vida urbana. Esse projeto de renovação urbana pode, na verdade, alterar significativamente a imagem e conteúdo desta parte da cidade da Bahia, que é um dos seus signos mais fortes.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Propõe-se neste trabalho caracterizar o processo recente de reforma urbana da área do Comércio da Cidade Baixa, buscando observar o seu impacto sobre a lógica de sobrevivência dos trabalhadores informais; identificar os critérios e mecanismos de controle, utilizados pela Prefeitura Municipal de Salvador, para o cumprimento das regras que visam ordenar a vida dos trabalhadores informais da área; bem como conhecer a rotina desses trabalhadores e de como se processa sua permanência no local em função do projeto da Prefeitura.

Busca-se, também, entender qual o impacto do novo cenário urbano na espontaneidade e autenticidade do fazer, criar e inventar os modos de ser da vida cotidiana e nas formas de execução do trabalho desses indivíduos.

Dentre os vários trabalhadores de rua que ali estão situados, foram escolhidos, para a análise da situação, os camelôs, também conhecidos como vendedores ambulantes, e os amoladores de objetos. São trabalhadores tentando sobreviver num espaço fluido tal como é a rua, e que a qualquer momento podem ser retirados, por conta do Projeto de Revitalização do local.

Os vendedores ambulantes selecionados foram os que estão situados na Rua Riachuelo e Rua dos Ourives. A maioria deles são vendedores de acessórios para celular; produtos importados, como rádios gravadores; CDs em geral; acessórios para o lar, como mangueira para fogão etc. Alguns dos ambulantes localizados nessas áreas já sofreram as consequências oriundas das mudanças implantadas pela Prefeitura Municipal, decorrentes do processo de revitalização. Também foram escolhidos os amoladores de objetos como tesouras e alicates, aqueles que ocupam a calçada ao lado do prédio dos Correios na Avenida Estados Unidos. Apesar do prestígio da profissão no lugar, também são fiscalizados pela Prefeitura. Caso os gestores do projeto considerem necessário, aqueles também serão relocados.

A realocação desses trabalhadores para lugares de pouco movimento, travessas e becos de pouca visibilidade promove a queda nas vendas, mas, segundo os gestores da Prefeitura, é uma condição necessária para a restauração do lugar, na medida em que causam transtornos à segurança pública. Eles são alvos da fiscalização constante do poder público, mesmo os que possuem licença para exercer suas atividades no local. Os que não possuem a licença são perseguidos pelo “rapa” que, muitas vezes, apreendem suas mercadorias. A estigmatização e exclusão surtem efeito paralisante nos grupos de menor poder, mas podem se transformar em “armas” nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder; “armas” poderosas para que o grupo estabelecido preserve sua identidade grupal e afirme sua superioridade (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Os vendedores ambulantes de outras ruas também podem sofrer repressão por parte do órgão competente de fiscalização. No entanto, os da Rua Portugal, que começam a chegar por causa da alta rotatividade derivada do novo posto do SETPS¹, que surgiu com a implantação do projeto de revitalização da área, ainda não sofrem os mesmos impactos que os situados nas ruas Riachuelo e dos Ourives vêm sofrendo. As baianas de acarajé são vistas como atrativo para os turistas, sendo consideradas como a autêntica representação da cultura baiana. Há menos fiscalização por parte do poder público e mais rivalidade entre as próprias comerciantes, como observado no Mercado Modelo.

A análise da vida dos trabalhadores informais que ali chegaram após o surgimento de empresas (como call center) e serviços que tiveram incentivos da prefeitura para funcionar no local, decorrentes do projeto da PMS, não será feita nesta pesquisa.

Como parte da metodologia de pesquisa, utilizou-se o método de observação direta², tentando compreender o cotidiano dos indivíduos que ali trabalham no setor informal e suas formas de ser e estar no mundo, por meio de levantamento etnológico. Eles deviam ser estranhados metodologicamente, sendo então descritos como se fossem estranhos para que a banalidade dos fatos do cotidiano não mascarasse estilos, modos de ser e estar no mundo cujas ações são carregadas de intenções e expressam visões de mundo.

Segundo Lefebvre, o cotidiano é o insignificante que se une à modernidade. Salienta ainda que:

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos (1991, p.35).

Como técnicas de levantamento de dados foram utilizadas: gravação magnética de entrevistas, histórias de vida e fotografias. Foram selecionados aqueles indivíduos retirados do local onde comerciavam anteriormente ou que podem ser retirados do lugar de trabalho futuramente, e realizado entrevistas exploratórias. Foram entrevistados, também, os gestores da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), tanto da SESP³, quanto do Escritório de Revitalização do Comércio, visando a entender a lógica do poder público para o cumprimento das regras e suas políticas de intervenção urbanas direcionadas a esses trabalhadores.

O surgimento de novos trabalhadores ligados ao tema central contribuirá, ainda mais, para o esclarecimento de minhas indagações: estudar o controle social e ordenamento desses indivíduos por parte do poder público que tem em vista um projeto de requalificação urbana. O estudo dos decretos e leis regulamentados pela Prefeitura Municipal de Salvador – os quais visam ordenar e normatizar os espaços – permite o entendimento da lógica do poder público para o controle sobre os trabalhadores que executam suas atividades nos logradouros públicos.

Uma análise da situação de vida dos ambulantes da Rua Riachuelo vem ocorrendo, pois já foram realizadas entrevistas com diversos ambulantes, buscando perceber os impactos sofridos pelos mesmos com a mudança para um local de pouca visibilidade.

PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA

O estudo sobre as metrópoles e seu aparato produtivo, riqueza, poder e população, na grande maioria dos países, adquiriu grande importância, na medida em que o processo de reestruturação produtiva vem contribuindo para o crescimento, revitalização de seu papel e, também, para uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que qualifica e desqualifica os espaços em função de fluxos mundializados. Tais mudanças vêm impactando sobre a morfologia territorial e social e funcionamento dessas grandes cidades (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004).

O entendimento dos acontecimentos e transformações que se dão numa cidade como Salvador, uma referência urbana importante no Brasil, não apenas pelo seu contingente populacional, mas, também, por sua importância histórica (tendo sido fundada há mais de 450 anos), é de grande relevância. Segundo Espinheira (1999, p.64), “Salvador foi, desde sua fundação, um lugar no mundo, um ponto de apoio para a globalização e modernidade”. Como já foi salientado anteriormente, Salvador é uma cidade também marcada, historicamente, como um lugar de comércio.⁴

Nos dias atuais, constatamos uma cidade bela, porém, que apresenta condições bastante adversas, na qual muitos de seus moradores sofrem as mais duras privações e se submetem a terríveis situações cotidianas. Espinheira (1999, pg. 70) ainda nos diz que “a cidade de todos é ao mesmo tempo a cidade de cada um, e isso dentro das possibilidades mais concretas de consumo”. Os distanciamentos entre as classes sociais crescem e, cada vez mais, os lugares são marcados socialmente para poder comportar a diversidade dos tipos sociais, mesmo quando eles são consumidores. A separação social se faz por estilos excludentes que personalizam lugares, requerendo, assim, identidades que nem todos podem portar ou assumir.

O processo de globalização que atinge o país e, mais especificamente, a cidade de Salvador, produz efeitos paradoxais que, de um lado, busca a acentuação do diferente e,

de outro, propõe a padronização. A requalificação de certas áreas da cidade, com embelezamento e melhorias de áreas públicas está em conformidade com o processo generalizado de transformação das cidades. Conforme Fernandes (2003, p. 74-75), são três processos centrais constitutivos que concentram as principais características no que diz respeito às intervenções nas cidades:

A constituição de novas centralidades no âmbito mundial e a necessidade de um espaço monumental; a progressiva mobilidade de pessoas, combinada a um processo crescente de celebração de uma urbanidade idealizada; a internacionalização das metodologias de intervenção nas cidades, aliada ao papel das agências multilaterais na condução dos financiamentos internacionais (neste caso, particularmente para os países pobres).

Com relação à constituição de novas centralidades, estão incluídas tanto a escala territorial de abrangência das metrópoles como a recomposição de suas funções. Os programas políticos de intervenção nas cidades são semelhantes entre si, aliando a busca de uma nova funcionalidade urbana à recuperação de espaços centrais tornados decadentes ou ociosos na nova configuração das grandes cidades.

A expansão dos projetos como forma de reconquistar centralidade, promovendo dinamismo urbano, tem como pressuposto o processo de competição entre as cidades, tendendo a homogeneizar as estratégias de recuperação dos centros⁵. O discurso também se ancora na chamada qualidade de vida, desdobrando-se em atributos urbanos, nos quais limpeza, regularidade, segurança e prazer dos espaços são condições necessárias à evasão do cotidiano.

A ação dos organismos internacionais em corpos nacionais, processo constitutivo das reformas, encontra-se cada vez mais vinculada à ação financeira; os critérios que balizam as intervenções nas cidades convergem em avaliações essencialmente monetário-financeiras. A nova condição urbana atende às fortes mudanças registradas no plano da organização econômica da produção, da distribuição e do consumo.⁶

A renovação busca, tal qual nos aponta Bauman (1998), a purificação em que é preciso mudar a maneira como as coisas costumavam ser, criando uma nova ordem. Ele ainda nos diz:

No mundo pós-moderno de estilos e padrões livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser reduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são 'sujeira' da pureza pós-moderna (1998, p.23).

No Brasil, a reestruturação produtiva e políticas neoliberais trouxeram várias mudanças não só expressas nas altas taxas de desemprego e no aumento da concentração de riqueza, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais, mas, principalmente, na precarização do trabalho, a qual fez crescer o número de atividades não regulamentadas e o trabalho informal.

A dinâmica da região metropolitana de Salvador, também, tem ensejado o crescimento de trabalhadores por conta própria. A atividade informal em Salvador desenrolou-se, ao longo dos séculos, como uma forma de sobrevivência e de inserção social precarizada, além de ter sido um degrau para o desenvolvimento capitalista.

Muitos dos trabalhadores excluídos do mercado formal, considerados mão-de-obra excedente, têm ocupado os espaços públicos da cidade com trabalho informal para garantir o seu sustento e o de suas famílias. Esses indivíduos vivem o cotidiano num entrelaçamento de sujeitos em que acontecem situações de conflito, cooperação e poder.

No que diz respeito ao planejamento público, este sempre atuou no sentido de corrigir problemas, solucionar conflitos, buscando eliminar as tensões e afastar os elementos opostos.⁷ No entanto, o urbanismo soteropolitano não adota o princípio democrático

co. A luta política pela democracia não é internalizada nos procedimentos urbanísticos. Estes são pautados em critérios de funcionalidade e na dependência dos agentes construtores da cidade legal, ou seja, os comerciantes, os industriais, os agentes imobiliários e os exploradores da indústria cultural e do turismo.

As leis pontuais são feitas para satisfazer àqueles que requerem usos vantajosos da cidade. Segundo Lima (2004, p.319):

[...] no Brasil o sistema jurídico não reivindica uma origem ‘popular’ ou ‘democrática’. [...] Os modelos jurídicos de controle social, portanto, não têm nem poderiam ter como origem ‘a vontade do povo’, como reflexo de seu estilo de vida, mas são resultado dessas formulações legais especializadas, legislativa ou judicialmente.

Temos como exemplo claro o Pelourinho, cujo povo que ali habitava foi expulso, e os comerciantes e empresários bem sucedidos convidados, com atraentes incentivos fiscais, a ocuparem o Centro Histórico. Não se respeitaram as tradições, nem os rituais do povo, muito menos a memória arquitetônica e social.

As incursões feitas na Rua Riachuelo revelaram algumas situações em que as relações cotidianas se davam em clima de bastante insatisfação, desconforto, tensão e medo. Insatisfação proveniente da queda das vendas – por estarem localizados num local de pouca visibilidade –, e tensão constante, na medida em que são obrigados a conviver com a chamada “Feira do rolo”, na qual são vendidos produtos de origem duvidosa. Segundo Dona Maria⁸, vendedora de mercadorias importadas, há uma grande quantidade de “bandidos” que transitam constantemente na área, impedindo o desenvolvimento e crescimento das vendas. Conta-nos, ainda, que a polícia passa, freqüentemente, pelo local à procura dos infratores; sendo, assim, o medo uma consequência direta.

Diariamente, os ambulantes da Rua Riachuelo são obrigados a conviver com o desconforto oriundo da falta de recursos básicos de higiene, como sanitário público, local adequado para destinação do lixo etc. Eles, constantemente, reclamavam do mau cheiro do lugar, intitulado-o como o “Beco do mijo”.

As ações da Prefeitura Municipal de Salvador para a organização dos espaços têm como principal órgão executor a SESP. Um dos gestores da PMS, responsável pelo setor de fiscalização dos logradouros públicos salienta que o objetivo da Secretaria da qual faz parte é executar atividades no sentido de permitir, regulamentar, fiscalizar e controlar o exercício de determinadas ocupações. Segundo esse gestor, tais atividades são respaldadas pela Lei 5503 de 1999, do Código da Polícia Administrativa que é regulamentada pelo Decreto 12016, de 1998, que trata do comércio informal de ambulantes em logradouros públicos. Os ambulantes devem seguir as medidas estipuladas, pois o não cumprimento das mesmas acarreta em punição.

Uma série de medidas e ações do poder público é efetivada visando a controlar e inibir essa forma de trabalho. Grupos sociais criam regras e tentam fazer com que estas sejam seguidas em certos momentos e circunstâncias. Tais regras definem situações e tipos de comportamentos de acordo com o grupo que as criou, especificando as ações como erradas, proibindo-as, e outras como certas. A pessoa que transgredir essas regras é vista como marginal ou desviante. O termo original de marginal adotado aqui, não tem, nesse contexto, qualquer relação com a *Teoria da Marginalidade*, mas, sim, com a idéia de marginalidade em relação a limites socialmente estabelecidos. (BECKER, 1977). Neste caso, as pessoas que podem impor suas regras aos outros detêm o poder político e econômico.

Os sistemas simbólicos, também, cumprem a sua função como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, “dando o reforço da sua própria força às relações de forças que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 2004, p.11).

Espinheira resume o que se pode observar, diariamente, na cidade de Salvador:

Nenhuma democracia em relação ao povo em Salvador, mas o oposto, rígida hierarquização de seus espaços. Ampla aplicação de penas de exílio e exclusão. Ordenar a cidade! [...] Retirar ambulantes, acabar com economia informal, impedir que os mais pobres tomem iniciativas e ocupem os espaços estratégicos na cidade para o exercício de suas atividades, e tudo isso numa época de desemprego agudo, de dificuldades de sobrevivência (1999, p.74).

Na busca pela recuperação física do lugar urbano, há um esvaziamento progressivo da cultura e dos significados, cuja padronização globalizante faz iguais os lugares diferentes. Segundo Augé (1994), a presença do passado que ultrapassa e reivindica o presente é a essência da modernidade, colocando os ritmos antigos dos lugares em segundo plano. A supermodernidade faz do antigo um espetáculo determinado, e é produtora de não-lugares.

CONCLUSÃO

Na área do Comércio da Cidade Baixa, a sociedade se organiza segundo uma ordem de desenvolvimento comercial e turístico. A ideologia dominante não tem nada de gratuito ou desinteressado; esta faz parte de um jogo estratégico em que ganham os detentores de maior poder econômico e *status* social. A vida cotidiana e as práticas sociais acabam sendo submetidas às pressões, normas e leis.

Deve-se ter um meio estável e regular para os atos dos indivíduos que trabalham nas ruas do Comércio. A probabilidade dos acontecimentos não deve estar atribuída ao acaso, e, sim, organizada seguindo uma hierarquia, na qual os acontecimentos sejam completamente prováveis.

A questão urbana contemporânea depende de uma base econômica, e as tendências das economias urbanas no contexto da economia global são, na maioria das vezes, socialmente desintegradoras e reprodutoras da exclusão e da pobreza para um grande contingente de pessoas.

A aptidão de participar do jogo consumista é considerada como critério de pureza. Os consumidores falhos são aqueles deixados de fora, como sujeira que deve ser removida. São incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor por falta de recursos requeridos, incapazes de serem indivíduos livres, levando em conta o senso de liberdade definido em função do poder de escolha do consumidor. Por isso, são considerados como “objetos fora de lugar” (BAUMAN, 1998).

Salvador se esmera em camuflar as mazelas e expor suas belezas culturais e naturais para o encantamento dos turistas, visto que o turismo e a indústria cultural são ênfases deste começo de século.

Observamos que, pelo menos na Rua Riachuelo, local onde houve um maior aprofundamento da pesquisa, a política de revitalização urbana produziu o efeito da exclusão, afastamento e violação da cultura dos personagens que compõem o cenário da vida cotidiana e identidade do Comércio da Cidade Baixa.

Estes são colocados em entornos distantes, em nome da ordem e da modernidade, sendo obrigados a ali permanecerem, pois o não cumprimento das leis acarreta-lhes prejuízos (como aprisionamento das mercadorias) que impedem a sua sobrevivência. O não cumprimento das regras impostas pela Prefeitura Municipal também implica num desvio que caracterizará o infrator com rotulo de desviantes. O desvio pode ser considerado como um produto de uma transação ocorrida entre algum grupo social e alguém que é encarado por esse grupo como um infrator de regras.

Diferentes classes e frações estão envoltas numa luta simbólica para impor a definição de mundo social conforme seus interesses. Buscam, também, impor o campo das tomadas de posições ideológicas, reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

A imposição de normas nos logradouros públicos visa a dar uma maior organização ao espaço urbano e melhor segurança no trânsito de pessoas. Entretanto, na medida em

que as imposições e diretrizes são feitas em nome da melhoria do coletivo, mas estão apenas privilegiando a poucos de forma camuflada, identificamos um caráter antidemocrático.

É relevante não negar que esses processos de desenvolvimento urbano favorecem o crescimento e progresso da sociedade soteropolitana. Em contrapartida, precisamos compreender de que forma e a que preço se dão tais processos. Por todos os cantos do Brasil e do mundo difunde-se a idéia de que Salvador é a **terra da felicidade**. No entanto, temos a comprovação clara de que as coisas não são bem assim como parecem, ou como tentam mostrar aqueles que fazem a propaganda da cidade.

As transformações modernizadoras ocorridas na área do Comércio acabam gerando uma cidadania do consumidor, cujo valor da pessoa tem como base o seu poder aquisitivo. A cidade de Salvador vem se tornando cada vez mais turística, muito mais ofertada para os visitantes do que para seus próprios habitantes. Há também uma perda dos significados dos lugares e das expressões da cultura do seu povo. A globalização requer a acentuação do diferente ao mesmo tempo em que propõe a padronização. Existe, portanto, uma padronização globalizante que tem efeitos paradoxais. Sendo assim, como manter a diversidade, permitindo que os sentidos sejam criados na vida cotidiana, quando normas são impostas direcionando as formas de ser e de estar no mundo desses indivíduos?

O bairro do Comércio da Cidade Baixa é um lugar de sentido inscrito e simbolizado, sendo caracterizado em sua marca histórica como uma área de comércio. O sentido precisa ser posto em ação, para que o lugar se anime e os percursos se efetuem. A partir da atividade comercial executada por esses trabalhadores informais são criados discursos e linguagens que se pronunciam e dão sentido ao lugar.

Há, ainda, muito a ser explorado no decorrer deste trabalho, tanto teórico quanto empiricamente, que terá como finalidade última ser apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Sociologia na Faculdade de Ciências Humanas pela Universidade Federal da Bahia. No que tange às questões ou assuntos a serem esclarecidos futuramente, existe uma intenção de fazer uma análise das legislações, usadas pelo poder público, que respaldam o ordenamento dos espaços públicos.

Ainda é necessário fazer muitas incursões, para seleção dos atores que sofrem impactos decorrentes do Projeto de Revitalização do Comércio. A partir dos contatos com aqueles que são alvo da fiscalização e foram re-localizados para locais determinados pela Prefeitura, como as ruas aqui citadas, poderão surgir novos sujeitos que se identificam ao tema central em outras ruas ou não. Será levada em consideração a observação do grau de satisfação das pessoas quanto a estarem num local como opção dos outros, ou seja, se sentem melhor ou pior? Por quê? Como fazem para sobreviver nesses locais? A reflexão sobre os porquês que fazem parte desta questão, em nossa opinião, não se encerram aqui.

NOTAS

* Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA / Graduanda em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA / Orientação: Prof. Carlos Geraldo D’Andrea Espinheira / E-mail: butterflylio@yahoo.com.br

¹ Sindicato das empresas de transportes de passageiros de Salvador.

² Buscou-se fugir dos desvios de prática do trabalho de campo na cidade que são, tal como aponta Montoya Uriarte, 2003, mais participações-observantes do que observações-participantes.

³ Secretaria de Serviços Públicos

⁴ Veja também Mattoso, 1992.

⁵ Os pressupostos do paradigma de planejamento urbano e seus instrumentos, considerando sua disseminação no Brasil, são citados em Ribeiro e Santos Junior, 1997.

⁶ Sobre evolução e transformação da condição urbana inseparável das dinâmicas econômicas, ver Portas; Domingues; Cabral, 2003.

⁷ Sobre a ideologia do planejamento baiano no passado, consultar Marcel, 2005.

⁸ Para uma maior segurança dos entrevistados os nomes originais foram modificados.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

BARRETO, T. R. Desemprego, informalidade e exército industrial de reserva. In: _____. *Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”*. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2005 Cap.1, p.22-93.

BECKER, H.S. Marginais e desviantes. In: _____. *Uma teoria da ação coletiva*. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977, Cap.3, p.53-67.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, I. M.; GORDILHO-SOUZA, A.; PEREIRA G. C. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Caderno CRH*, Salvador, v.17, n.41, p.281-297, mai./ago.2004

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In _____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

ESPINHEIRA, Gey. *Identidades de Salvador: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa*. Salvador: UFBA/PIBIC, 2004.

_____. El patrimonio como cenário na domesticación de la cultura. Íconos, Quito, n.21, *Revista de Ciencias Sociales*, p.69-77, enero2005.

_____. Salvador: a cidade das desigualdades. *Cadernos do CEAS*, Salvador n.184, p.63-78, nov./dez. 1999.

_____. Mal-estar na baianidade: perdas e danos. *Cadernos do CEAS*, Salvador n.200, p. 79-98, jul./ago. 2002.

FERNANDES, A. Consenso sobre a cidade? In: MONTOYA URIARTE, U.; JUNIOR, M. E. (orgs). *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 71-81.

LIMA, R.K. Cultura jurídica, administração institucional de conflitos e gestão de segurança pública: a apropriação particularizada dos espaços públicos no Brasil. In: RIBEI-

RO, L. C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE-Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MARCEL, J. *Bahia: negra, mas limpinha*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2005.

MATTOSO, K. M^a Q. *Bahia Século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

MONTOYA URIARTE, U. *Antropologia urbana: problemas e contribuições*. In: ____; JUNIOR, M.E. (organizadores). *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003, p.41-56.

PORTAS, N.; DOMINGUES, A. G.; CABRAL, J. *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.